

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

Nº 20



Kellicott, Bot. Amer.

Rourea glabrata

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, SUAS CONSEQÜÊNCIAS E O MANEJO SUSTENTADO

Dr. Philip M. Fearnside

Pediram-me para falar sobre o desmatamento e as suas conseqüências na Amazônia. Primeiro, como todos sabem, existem muitos números sobre desmatamentos. O que eu vou falar se refere a desmatamento dentro da área que inicialmente era floresta.

Essa é uma definição tirada a partir do mapa de vegetação do IBAMA, que considera dezenove tipos de vegetação como florestas e exclui os cerrados e outras formações abertas que não são florestas. Assim, tínhamos 4,3 milhões de quilômetros quadrados, que originalmente eram florestas. Esta é uma reavaliação dos dados do satélite Landsat, feita por mim, junto com pesquisadores do MINTER. Dispomos, até agora, de dados referentes a 1978 e, depois, a 1988; daí para cá, tem um conjunto para cada ano. Está sendo feito o de 86; mas, por enquanto, não se tem nada daquele intervalo. Foram separados os desmatamentos antigos, que são aqueles capoeirões na zona Bragantina, por exemplo, perto de Belém, dos desmatamentos mais recentes.

Como se vê bem, os desmatamentos vão aumentando, mas realmente não o foram em linha reta. Se o gráfico fosse numa linha reta a taxa média de desmatamento seria de 22.000km²/ano. Mas, efetivamente, a curva subiu de forma exponencial, nesse período; depois, a taxa de desmatamento foi diminuindo, chegando, em 1991, a 426.000 km². Esta é, contudo, uma área muito grande. Por exemplo, a área devastada do Grande Carajás, na zona oriental, é de 900.000 km². Equivale, mais ou menos, a metade do total desmatado nessa área, só dentro da parte florestal, até 1991. Contudo, a taxa tem diminuído.

Considerando-se que a taxa de desmatamento foi de 22.000 km²/ano, durante a década de 1978-88, vê-se que, depois, ela começou a baixar: para 19.000, em 89; 13.800, em 90, e 11.000 em 91.

Os números têm mudado bastante. Quando o INPE anunciou o número para 1989, por exemplo, em junho de 90, já era de 33.000 km² para aquele mesmo ano. Hoje, o dado melhor é de 19.000. Essa diferença é devida a erros descobertos nos dados. Realmente, fui eu que descobri que esse número diminuiu.

De agora em diante, não se esperam grandes surpresas, porque a maneira de se fazer a avaliação é muito mais segura. Mas é indiscutível que têm diminuído, de fato, as taxas de desmatamento, a cada ano; só que a interpretação, disso - a minha interpretação, pelo menos -, difere muito da que tem sido divulgada pelo Governo. Este difundiu a notícia que isso foi resultado do programa de controle das queimadas com helicóptero, executado pelo IBAMA, como também da suspensão dos incentivos fiscais, concedidos às grandes fazendas. Só que o decreto que suspendeu os incentivos foi de 25 de junho de 91; depois, portanto, que a redução das queimadas já havia ocorrido. Por conseguinte, esta não pode ser a sua causa.

A melhor explicação para a diminuição dos desmatamentos na Amazônia é a crise econômica; as pessoas simplesmente não têm dinheiro para investir em fazendas hoje, como se fazia antigamente. Por isso, também não dá para se fazer uma projeção de como o desmatamento irá diminuindo, até que desapareça.

Olhando a distribuição desse desmatamento - dos 11.100 km² desmatados em 1991-, conclui-se que, efetivamente, ele ainda é muito grande. Observa-se, porém, o seguinte: o Estado de Mato Grosso tinha 26% do total; o Pará tinha 34% e os demais Estados amazônicos tinham áreas muito menores.

Existe, pois, uma relação muito estreita entre a quantidade de desmatamento e a predominância de grandes fazendas nesses Estados. Mato Grosso é o campeão de grandes fazendas. De acordo com o Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, em 1985, 84% de todas as terras privadas em Mato Grosso estavam em mãos de fazendeiros com mais de 1.000 hectares de área. Agora, pensem um minuto sobre esses dados e vão levar um choque: 84% de todas as terras de Mato Grosso estão em mãos privadas. A média, em geral, informa que são 62%; já é bastante alta. Óbvio que tem havido muito desmatamento. Rondônia é famosa pelo seu desmatamento, equivalente a apenas 10% do total de sua superfície; é, porém, um lugar dominado por grandes e pequenos colonos. O Acre é outro Estado que tem muitos pequenos colonos; somente 3,4% do total de sua área foram desmatados. Então, hoje realmente os lugares que têm mais fazendas grandes têm mais desmatamentos. O Pará é uma mistura dos dois: na parte sul do Estado há muitas grandes fazendas, e é justamente ali que ocorrem mais desmatamentos; mas ali também existem muitos pequenos desmatamentos.

Fazendo-se uma análise do que foi mostrado com os dados de 1990 e 91, verifica-se que houve uma redução múltipla no âmbito dos novos Estados. Para se explicar 74% dos casos de variação nas taxas de desmatamento, é preciso saber quantas propriedades ali existem, de cada tamanho. Em outras palavras, este é o fator principal para explicar

a quantidade de desmatamentos, já que os maiores estão acontecendo nas grandes fazendas. No total, da destruição, mais ou menos 30%, durante os dois últimos anos, ocorreram em pequenas propriedades, aqui definidas como aquelas tendo menos de 100 hectares. Isto significa que cerca de 70% estão em fazendas grandes. Estes dados divergem muito do que estamos ouvindo constantemente na interpretação oficial, segundo a qual, já que o Governo cortou os incentivos para as grandes fazendas, agora a culpa é toda dos pequenos colonos. São estes os culpados pelos desmatamentos, dizem. Mas os dados mostram outra coisa: 70% ainda são por culpa dos fazendeiros.

Isso é muito importante, pois implica em mostrar que os benefícios dos desmatamentos são muito menores do que vem sendo noticiado. O grosso não é necessariamente para alimentar o povo da região.

Também o custo social, que deveria diminuir a taxa em relação à atual, também seria muito menor do que está implícito no discurso político que coloca a culpa nos pequenos colonos, os quais precisam desmatar para se alimentar. O grosso é da parte das grandes propriedades. A quantidade de áreas desmatadas também tem uma relação muito forte com a localização dentro da região. Um dos impactos do desmatamento, obviamente, é a perda na diversidade de vida que a floresta contém. Perde-se a possibilidade de utilizar a floresta de forma sustentada e também se perdem as espécies que ali vivem. No todo, a Amazônia desmatada tem perdido 426.000 km² da área florestal, mas ainda restam quase 90% da floresta. Só que a devastação é muito desigual por Estado. O Amazonas, por exemplo, teve 1,6% desmatado. Constantemente se ouve o Governador desse Estado mencionar que isso indica que a Amazônia está intacta e que o grosso da floresta ainda está lá. Aliás, é verdade que a maioria da floresta está lá, só que é muito menos. Isso implica na grande confusão que há entre Amazonas e Amazônia. Quando se olha as regiões desmatadas, a situação é totalmente diferente. O Maranhão tem já 65% de florestas desmatadas. As partes leste e sul da região amazônica já estão muito desmatadas.

Outro impacto do desmatamento é a perda da possibilidade de utilização sustentada da floresta. Imagina-se sempre que a paisagem que substitui a floresta pode-se sustentar de alguma forma, com a adubação das pastagens, da agricultura, de grandes plantios de eucaliptos, desde que o terreno seja plano. Mas é importante pensar um pouco sobre isso, pelo menos na escala dos acontecimentos. O mapa das jazidas de fosfatos do Brasil preparado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, mostra uma distribuição muito estranha no país, onde esse minério está faltando na Amazônia. Quase todas as jazidas de fosfatos brasileiras estão na região de Minas Gerais. Há uma pequena ocorrência entre o Maranhão e o Pará e outra na região de Medina. Deve-se

considerar, portanto, que os minérios de fosfato no Brasil ficam longe da Amazônia e não são muito abundantes. Há um relatório indicando que as jazidas dos Estados Unidos são vinte vezes maiores que as do Brasil. Então, é preciso pensar um pouco sobre como utilizar esses recursos no Brasil, de forma a manter milhões e milhões de hectares de fosfatos na Amazônia. A adubação de culturas talvez não seja o seu uso mais sensato. Na área já desmatada, de 426 mil quilômetros quadrados, vão se esgotar, logo os recursos nacionais de fosfatos. Naturalmente, o consumo de fosfatos será muito menor, se forem conservados os 90% de florestas da região, com algum tipo de utilização, embora existam limitações quanto à manutenção das reservas do minério, aproveitando as propriedades da floresta de reciclar os nutrientes, sem precisar de adubação.

Outro impacto é sobre a diversidade das espécies na região. Até agora, a proteção aos tipos de diversificação que temos está muito longe do necessário. Considerando os tipos de florestas mapeados pelo IBAMA, só 3% têm algumas espécies protegidas, dentro de reservas na Amazônia Legal. Os outros 97% não têm nada. E a destruição por Estado é muito desigual. Nas áreas onde há mais desmatamentos, como no Maranhão, no Tocantins, Mato Grosso etc., é onde existem menos tipos de diversificação com alguma proteção. Esse é outro tipo de perigo.

Outra grande preocupação global são os impactos sobre o efeito estufa. Este é um dos maiores impactos fora da Amazônia, mas que provoca uma preocupação muito grande. Em termos de Brasil, dá para repartir essas emissões de gases, que levam ao aumento de temperatura, entre grandes fazendeiros, médios e pequenos. Um grande fazendeiro causa 53 vezes mais do que um pequeno, e tanto quanto duas mil e poucas pessoas no resto do Brasil; pessoas que vivem em cidades como Belém, ou em outras no resto do Brasil, fora a Amazônia. Mais de duas mil pessoas para se igualar a um fazendeiro! Fazendeiros, no entanto, representam menos de 0,1% da população do Brasil vivendo em fazendas de mais de mil hectares na Amazônia; mas produzem mais de um quarto de todo o impacto atmosférico no país inteiro, provocador do efeito estufa. Então, obviamente, é necessário diminuir isso, porque o resultado não é tão diminuto quanto se pensa. Não é a média o importante; mas sim o fato da larga contribuição, em consequência da ampla ocupação do espaço pelos fazendeiros.

O efeito estufa tem, ademais, repercussões em todo Brasil e fora do nosso país. Ele tem grande influência sobre os ciclos meteorológicos do potencial de chuvas na região amazônica. Mais ou menos 50% das chuvas da região vêm da floresta, são recicladas pela floresta, mas as nuvens são transportadas pelos ventos para São Paulo, Goiás e muitas outras das principais áreas agrícolas do Brasil. Então, não só a Amazônia, mas

todo o País sofre o impacto dos desmatamentos, potencialmente muito graves, quanto à manutenção das chuvas.

Qualquer impacto desse tipo tem possibilidade de se tornar catastrófico. Uma usina atômica, por exemplo, pode explodir; é preciso, então, ter muita certeza de que a coisa não vai acontecer. Existe, pois, uma relação entre magnitude do impacto e a probabilidade máxima aceitável de que a coisa aconteça. Impactos pequenos, pequenas estiagens são aceitáveis, porque os efeitos são menores, e podem acontecer. Mas quando podem atingir um grau catastrófico é preciso haver muita certeza de que aquela usina não vai explodir, como no exemplo citado. Também no caso de alteração das chuvas aqui, deve-se ter muita certeza de que isso não vá ocasionar incêndios nas florestas, de maneira a diminuir a margem de segurança necessária.

Sabendo isso, com o desmatamento vai aumentando a probabilidade desses impactos acontecerem de alguma forma. É preciso saber o máximo aceitável, portanto. Deve-se, assim, calcular o máximo de desmatamento que seria permissível; e, com certeza, seria um número muito baixo. Ninguém fez semelhante cálculo; mas, pelo menos, o assunto deveria ser abordado. Provavelmente, o resultado não seria muito maior do que os 10,5% já desmatados. É muito importante cuidar dos efeitos totais desse processo, já que as conseqüências são geralmente muito graves dentro do próprio Brasil.

PROF. HENRIQUE MIRANDA - Agradecemos ao cientista Dr. Philip Fearnside a sua fundamentada exposição. A seguir, ouviremos a palavra de um trabalhador. É a vivência e a realidade que vão juntar-se à visão científica. Com a palavra o representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, Atanagildo Matos Gatão.

Anuncio a presença do Dr. Sérgio Souza Leal, da Secretaria do Meio Ambiente.